

O conceito de desenvolvimento sustentável e a sua operacionalização a nível local: o seu contributo para a qualificação do território

Rui Duarte ⁽¹⁾, Nuno Quental ⁽²⁾

⁽¹⁾ Finalista em Eng.^a do Território, Instituto Superior Técnico – UTL, Lisboa, ruifsd@yahoo.com

⁽²⁾ Eng.^o do Ambiente, Escola Superior de Biotecnologia – UCP, Porto e Doutorando em Eng.^a do Território, Instituto Superior Técnico – UTL, Lisboa, Lnquental@esb.ucp.pt

Resumo

Este trabalho procura oferecer um enquadramento teórico e prático sobre o tema do Desenvolvimento Sustentável, em particular as questões relacionadas com o desenvolvimento do território, as cidades sustentáveis e o ambiente urbano.

Pretende-se assim analisar as consequências advindas das várias recomendações/estratégias emanadas dos vários momentos históricos (conferências e relatórios) que compõem a evolução deste conceito, no território nacional.

Numa primeira fase, propõe-se elaborar uma breve resenha histórica desde as suas origens, em 1972 com a Conferência de Estocolmo (ONU), à publicação do Relatório Brundtland (WCED 1987), onde nasce o conceito de Desenvolvimento Sustentável, passando pela Conferência do Rio 1992 de onde sai a Agenda 21, até recentemente a Cimeira de Joanesburgo em 2002.

A vertente teórica desta comunicação será enriquecida com a experiência alcançada em dois casos de estudo: a Agenda 21 Local de São João da Madeira e o Plano Estratégico de Ambiente do Grande Porto.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Território, Agenda 21 Local, Cidades sustentáveis

1. Origens e enquadramento teórico

É ainda muito comum na nossa sociedade encarar “desenvolvimento” como sinónimo de “crescimento económico”. Contudo, o termo “desenvolvimento” tem um carácter mais amplo, integrando obrigatoriamente preocupações de bem-estar social, qualidade ambiental e também perspectivas de progresso económico. É no despertar dos movimentos ambientalistas e em plena crise petrolífera que na década de 60/70 emergem com uma importância política, económica e social preocupações com os recursos naturais, a energia e com o ambiente em geral.

Nos anos 80 emerge o conceito de desenvolvimento sustentável através da publicação e ampla divulgação do relatório “Our Common Future”, elaborado pela Comissão de Ambiente e Desenvolvimento e apresentado à Assembleia-Geral das Nações Unidas. Neste documento é referida a urgente necessidade de compatibilizar crescimento económico com ambiente, ideologia que está subjacente ao conceito de *desenvolvimento sustentável*, definido como “progresso económico, social e político de forma a assegurar a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades”¹. O conceito implica uma solidariedade inter-geracional, aliado à preservação da qualidade ambiental num contexto de recursos limitados.

O desenvolvimento sustentável seria assim como que o resultado da intersecção destes três sistemas, respeitando cada um dos seus imperativos e permitindo um desenvolvimento harmonioso e integrado das potencialidades humanas, sem com isso comprometer as opções das gerações futuras (Nunes da Silva, 2000). A figura seguinte ilustra de uma forma explícita este conceito

¹ “Our Common Future”, G. H. Brutland, Chair. Oxford University Press, New York, 1987.

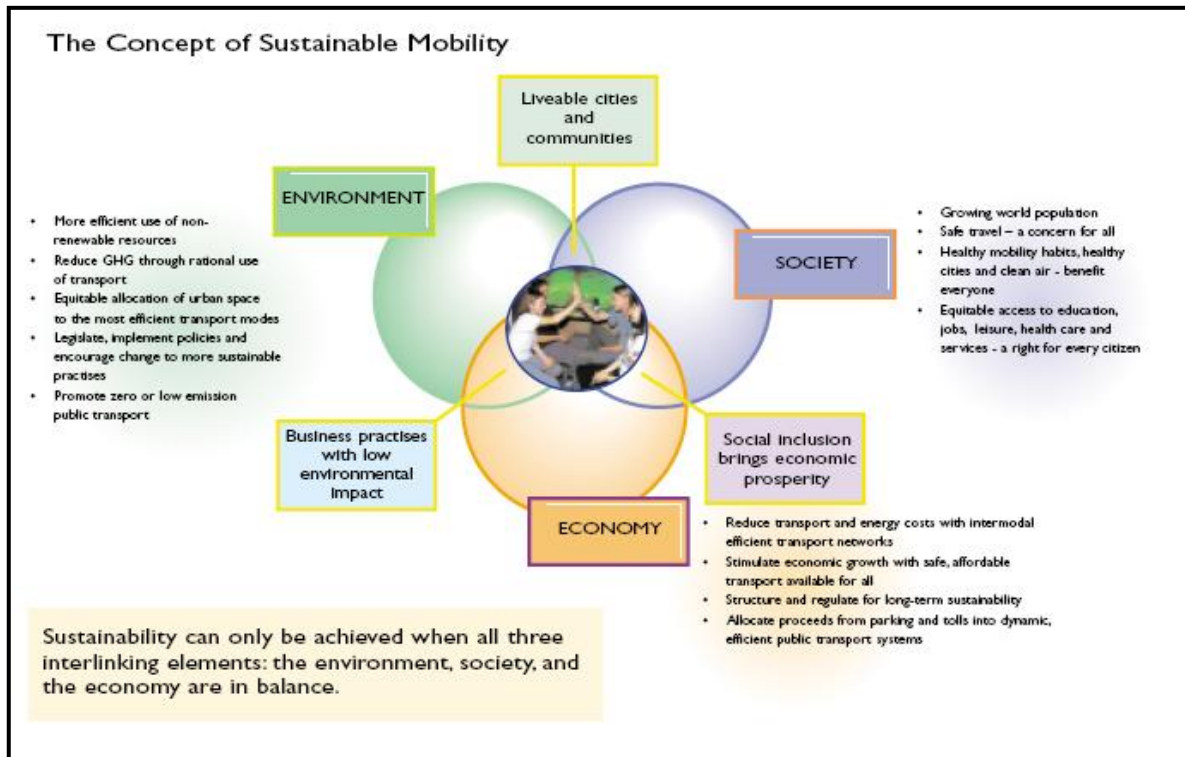


Figura 1 – Conceito de desenvolvimento sustentável e sua articulação com os outros sistemas.

Fonte: Ralph Hall, Introducing the concept of Sustainable Transport to the U.S. DOT

Como refere (Nunes da Silva, 2000) "Esta conferência é sem dúvida o marco institucional onde se inicia o processo tendente a operacionalizar o conceito de desenvolvimento sustentável à escala internacional, mas é também o momento onde se reconhece, talvez pela primeira vez de uma forma tão explícita, o papel das autoridades locais nesse processo".

Um dos documentos mais importantes que é então produzido, pelas suas consequências para os espaços urbanos e as actividades aí desenvolvidas, designa-se "Agenda para o século XXI", documento onde se definem as inter-relações entre ambiente, actividades humanas e espaços urbanos.

De seguida são apresentados cronologicamente alguns dos momentos históricos, que não sendo os únicos, são os mais visíveis e estruturantes para o entendimento das tendências do desenvolvimento sustentável.

1972

Título: Relatório “Os limites do crescimento” (Meadows)

Resultado: Projecto de investigação duma equipa do MIT, iniciado em 1970 e dirigido ao Clube de Roma. A equipa analisou os limites do crescimento da população, da agricultura, dos recursos naturais, da indústria e da poluição, mostrando que estes factores interagiam entre si. A análise concluiu que, mesmo com um certo optimismo acerca do progresso tecnológico, o mundo não iria conseguir suportar as taxas de crescimento económico e populacional verificadas nas últimas décadas. Não refere assuntos muito concretos mas emite um grito de alerta.

1972

Título: Conferência de Estocolmo

Resultado: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, onde é reconhecido internacionalmente que a protecção ambiental está fortemente interrelacionada com o desenvolvimento económico e a prosperidade no mundo. Resulta uma declaração sobre o Ambiente Urbano, que apela a que governos e cidadãos exerçam esforços conjuntos para a preservação e melhoria do ambiente humano para benefício da humanidade. Constitui-se como um marco histórico por abordar ao nível mundial o problema da degradação do planeta. Não trouxe acordos concretos mas despoletou uma “explosão” de legislação ambiental.

1987

Título: Relatório “O Nosso Futuro Comum” ou Relatório “Brundtland”

Resultado: Nasce o conceito de desenvolvimento sustentável. Salienta a necessidade de se fazerem cimeiras periódicas sem preocupações políticas, integrando o meio ambiente e o desenvolvimento nas estratégias nacionais.

1992

Título: Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, “Conferência do Rio” ou “Conferência da Terra”, ECO 92

Resultado: Decorre vinte anos depois da Conferência de Estocolmo, representando uma inflexão importante no discurso político mundial:

- Estabelece uma nova parceria mundial, mais equitativa, através da criação de novos níveis de cooperação entre os Estados, sectores-chave das sociedades e os diferentes povos;

- Promove acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do sistema global de ambiente e desenvolvimento;

- Reconhece a natureza integral e interdependente do planeta.

Como resultado foram elaborados e aprovados cinco grandes documentos de acção em matéria de ambiente:

Declaração do Rio sobre o Ambiente e Desenvolvimento; Declaração de Princípios sobre florestas; Agenda 21, Convenção sobre Alterações climáticas, Convenção sobre a Diversidade Biológica.

Marca o início do processo de discussão tendente a operacionalizar o conceito de desenvolvimento sustentável para os espaços urbanos através da chamada Agenda 21 Local.

Contextualiza-se como sendo um plano de intervenção planetária no sentido de se assegurar um desenvolvimento sustentável, onde se reconhece que as autarquias locais desempenham um papel essencial para a prossecução deste objectivo.

1994

Título: Carta de Aalborg

Resultado: A “Carta das Cidades e Vilas Europeias em Direcção à Sustentabilidade” constitui uma declaração onde os municípios signatários se comprometem a transpor os princípios da Agenda 21 para o nível local (Agenda 21 Local). É também criada a Campanha das Cidades e Vilas Sustentáveis lançada pelo ICLEI (“Internacional Council for Local Environment Initiatives”) na qual as cidades se comprometem em iniciar os “Planos de Acção Local para a Sustentabilidade”, que constitui um marco para a abordagem das questões da sustentabilidade ao nível local, consagrados na Declaração do Rio, mas adaptado ao contexto europeu. Esta Agenda Local surge como um “processo integrado multisectorial, com o fim de atingir os objectivos da Agenda 21 ao nível local,

através da implementação e preparação a longo prazo de planos estratégicos prioritariamente direccionados para o desenvolvimento sustentável local”²

É sem dúvida a primeira grande reflexão sobre os problemas ambientais que se colocam ao meio urbano, bem como um importante repositório de ideias e sistematização de intervenções possíveis nos espaços urbanos.

2002

Título: Rio+10 (Joanesburgo, África do Sul)

Resultado: Fez-se o ponto de situação dos objectivos alcançados pelos documentos emitidos na Cimeira da Terra de 1992 e assumiu-se o compromisso de fortalecer e melhorar a governação em todos os planos com o objectivo de atingir a aplicação da Agenda 21 em todo o planeta. A Convenção de Joanesburgo gerou dois documentos importantes: a Declaração Política e o Plano de Acção. O primeiro assume diversos desafios inter-relacionados e associados ao desenvolvimento sustentável, especificando vários compromissos gerais como uma melhor participação democrática nas políticas de desenvolvimento sustentável. O segundo é um documento longo e denso que identifica várias metas para a educação, a biodiversidade, a erradicação da pobreza, a alteração de padrões de consumo e de produção e a protecção dos recursos naturais entre outros.

² ICLEI (1997), Local Agenda 21 Survey, <http://www.iclei.org/la21>

Evolução dos Paradigmas Ambientais

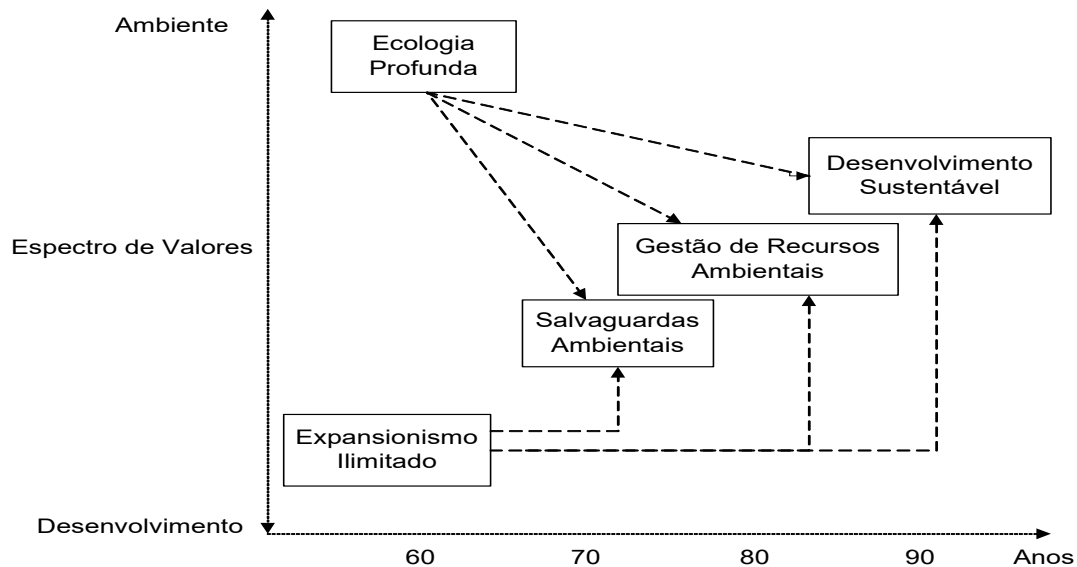


Fig 2 – Evolução dos paradigmas ambientais

Fonte: Prof. F. Nunes Correia

Descrevem-se seguidamente, de forma sintetizada, dois processos que representam uma tentativa de traduzir o desenvolvimento sustentável ao nível local e regional, respectivamente a Agenda 21 Local de S. João da Madeira e o Plano Estratégico de Ambiente do Grande Porto.

2. Agenda 21 Local de S. João da Madeira

O capítulo 28 da Agenda 21 analisa o papel que as autoridades locais podem ter no âmbito de um desenvolvimento sustentável, desafiando-as a realizar as chamadas “Agendas 21 Locais”. Como se pode ler no documento citado:

“Cada poder local deverá entrar em diálogo com os seus cidadãos, organizações locais e empresas privadas e deverá adoptar uma “Agenda 21 Local”. Através de processos consultivos e de estabelecimento de consensos, os poderes locais deverão aprender com os cidadãos e com as organizações locais, cívicas, comunitárias, comerciais e industriais e adquirir a informação necessária para elaborar melhores estratégias. O processo de consulta deverá aumentar a consciencialização familiar em questões de desenvolvimento sustentável.”

Podemos encarar a Agenda 21 Local como um processo orientado para a acção, de aplicação aos níveis local ou regional (ainda que a implementação regional seja muito menos frequente), que procura concretizar territorialmente os princípios do desenvolvimento sustentável. Assume-se, pois, que este conceito eminentemente teórico deve possuir uma faceta mais prática, que se traduza em melhorias visíveis na sociedade e ambiente. De acordo com o segundo inquérito à Agenda 21 Local, em 2002 decorriam no nosso país 27 destes processos (Commission on Sustainable Development, 2002), ou seja, em cerca de 9% dos municípios. Contudo, visto que a estatística se baseia na resposta dos próprios, o número de *verdadeiras*³ Agendas 21 deverá ser inferior. Se considerarmos outros processos como os Planos Municipais de Ambiente, estima-se que o valor suba para 12 a 17% (Quental e Silva, 2003).

Deve referir-se que mais do que um processo altamente inovador, a Agenda 21 Local é sobretudo uma forma de encarar a democracia, envolvendo os cidadãos e instituições nos processos de decisão, fomentando ainda a sua transparência e criando mecanismos de fácil acesso à informação. Esta dimensão eminentemente processual é quase sempre ignorada pelas autarquias, que optam por encarar a Agenda 21 apenas na sua faceta de “produto”, ou seja, enquanto projecto do qual resulta um Plano de Acção.

Descrevem-se seguidamente os principais passos que foram dados na Agenda 21 Local de S. João da Madeira. Este trabalho foi assessorado tecnicamente pela Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa (ESB) e coordenado pelo município, assumindo um dos Vereadores, o Dr. Paulo Cavaleiro, a função de Líder do Grupo Coordenador. Sugere-se desde já a visita ao sítio oficial do processo, <http://www.agenda21sjm.org>, bem como a leitura das comunicações apresentadas na 8ª Conferência Nacional do Ambiente (Santos *et al.*, 2004; Quental *et al.*, 2004), para uma explicação pormenorizada.

Criação do Grupo Coordenador

Um dos primeiros passos consistiu na criação do chamado “Grupo Coordenador” (GC). Este assume a função que lhe dá o nome, interligando as diversas entidades referidas no

³ As Nações Unidas estipulam um conjunto de critérios que deverão ser seguidos. Ver http://www.iclei.org/rioplusten/final_document.pdf.

esquema seguinte. Para além da autarquia e da ESB estão representados no GC um representante do agrupamento escolar, de um centro tecnológico, da protecção civil e da rede social.

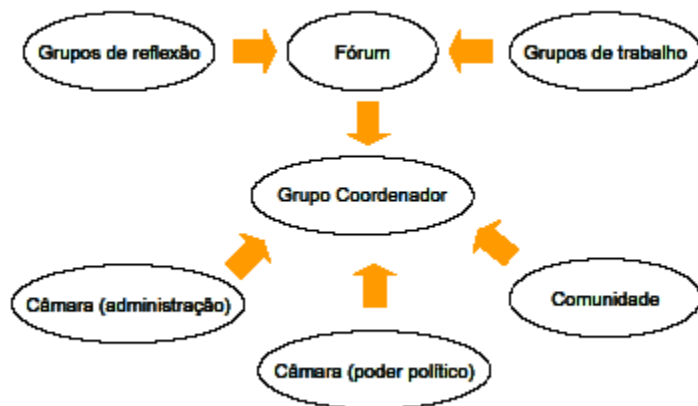


Figura 3 – Diagrama de estruturas e logótipo da Agenda 21 Local.

O município decidiu ainda assinar a Carta de Aalborg.

Criação do Fórum Participativo

O Fórum é a estrutura da participação e da discussão por excelência. Nele estão representadas as mais diversas forças vivas da cidade. O Fórum acompanhou o desenrolar da Agenda 21 Local, reunindo para colaborar em todas as fases do processo. A primeira reunião, realizada em Setembro de 2003, contou com a presença de representantes de mais de 50 entidades. Desde então realizaram-se mais seis reuniões onde participaram no total mais de 400 cidadãos.

Sensibilização ambiental

É fundamental sensibilizar a população para os problemas ambientais e para a importância de todo o processo de Agenda 21 Local como forma de aumentar as possibilidades de sucesso. Para o efeito foram realizadas diversas actividades e criadas ferramentas como uma página na internet (www.agenda21sjm.org), folhetos, cartazes, boletim, painéis informativos e, mais tarde, uma brochura com o resumo dos diagnósticos e dos Planos de Acção. Com os órgãos de comunicação social estabeleceram-se parcerias para inserção quinzenal de informação. As actividades com envolvimento

directo da população foram numerosas: desde as conferências e feira de produtos biológicos realizados aquando do lançamento oficial do projecto, passando pela participação no Dia na Terra (22 de Abril) e por um ambicioso programa escolar envolvendo mais de 3300 alunos e 229 professores (para este programa foram elaborados um conjunto de guias de apoio disponíveis em linha gratuitamente: <http://www.agenda21sjm.org/gca/index.php?id=142>).

Seleção das áreas prioritárias de actuação

Os principais documentos resultantes da Agenda 21 Local são um diagnóstico concelhio e um Plano de Acção cujo objectivo é encontrar soluções para os problemas existentes bem como potenciar aspectos positivos. Contudo, para garantir que os recursos são utilizados em áreas prioritárias, primeiro é necessário proceder à sua definição. Para este efeito foram realizados questionários à população e reuniões do Fórum. Outros temas importantes já se encontravam a ser trabalhados pela rede social, tendo-se assim optado por concentrar esforços nos quatro mencionados na Tabela 1.

Temas	Áreas de intervenção prioritárias
Resíduos e limpeza urbana	Sensibilização, motivação e formação dos vários agentes Infra-estruturas e equipamentos Serviço de recolha e limpeza urbana Fiscalização
Qualidade do ar	Sensibilização, motivação e formação dos vários agentes Poluição industrial Transportes Qualidade do ar (geral)
Educação cívica	Participação cívica Coesão social Responsabilidade e solidariedade
Espaços verdes e rio	Contaminação da água Infra-estruturas de saneamento Pressão imobiliária excessiva Carência de espaços verdes

Tabela 1 – Principais áreas de intervenção identificadas.

Diagnóstico e Plano de Acção

O trabalho técnico da ESB saldou-se na elaboração de quatro relatórios, cada um contendo um diagnóstico detalhado e um Plano de Acção relativos ao tema em causa. Estes encontram-se disponíveis para *download* em <http://www.agenda21sjm.org/gca/index.php?id=188>. Na Tabela 2 apresentam-se os eixos de intervenção identificados.

Temas	Eixo de intervenção
Resíduos e limpeza urbana	<ol style="list-style-type: none"> 1. Prevenção da produção e da perigosidade dos resíduos 2. Promoção da separação multimaterial e maximização da reciclagem 3. Reforço da comunicação entre os intervenientes e da sensibilização da comunidade 4. Melhoria da eficiência fiscalizadora 5. Apoio às empresas na melhoria da sua gestão de resíduos 6. Reforço dos instrumentos de suporte à gestão municipal
Qualidade do ar e energia	<ol style="list-style-type: none"> 1. Monitorização da Qualidade do Ar no Concelho de S. João da Madeira 2. Aumento da eficiência energética das Instalações Municipais 3. Diminuição da intensidade energética e emissão de poluentes do Sector dos transportes 4. Formação e Sensibilização da Comunidade do concelho
Educação cívica	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promoção do “crescimento” do cidadão através da educação e acesso à cultura 2. Promoção de uma identidade própria e sentimento de pertença 3. Promoção da informação sobre cidadania e ambiente 4. Promoção do associativismo 5. Incentivo à participação útil do cidadão
Espaços verdes e rio	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dotar o concelho de uma estrutura ecológica 2. Criação de novas áreas verdes públicas 3. Qualificação das áreas verdes e outros espaços públicos existentes 4. Criação do parque florestal do Outeiro 5. Integração da protecção da estrutura ecológica nos instrumentos de ordenamento do território 6. Elaboração de um regulamento para a gestão da estrutura ecológica municipal 7. Construção e alargamento de passeios, aumento da arborização dos arruamentos, colocação de passadeiras e instalação de limitadores de velocidade 8. Edição de um roteiro da estrutura ecológica municipal e um guia para identificação das espécies de fauna e flora presentes 9. Início de um programa de fiscalização e de controlo dos efluentes do rio

Tabela 2 – Eixos de intervenção constantes dos Planos de Acção.

Os Planos de Acção desenvolvem-se para o horizonte temporal até 2010. Para cada acção proposta foram estimados os custos envolvidos na sua implementação e identificadas possíveis linhas de financiamento. As versões dos relatórios para discussão pública foram apresentadas em Junho de 2004 durante a 5ª reunião do Fórum.

A participação cívica e os processos de discussão pública

Central em toda a Agenda 21 Local de S. João da Madeira foi a ênfase dada à participação dos cidadãos. Esta postura foi exemplarmente assumida pelo município e pela equipa técnica ao longo de todo o trabalho. Contudo, devido à escassez de recursos, ao reduzido período de tempo em que o projecto se desenrolou e ainda ao facto de não haver em Portugal uma tradição de participação activa por parte dos cidadãos, pode afirmar-se que, de um modo geral, esta ficou aquém das expectativas. Note-se que o Fórum desempenhou um papel fundamental mas teria sido importante que também os cidadãos, individualmente, exprimissem as suas opiniões de forma mais regular.

Esta constatação deve levar os planeadores a apostarem de uma forma ainda mais decisiva na participação pública e numa fase tão inicial dos processos quanto possível. O eventual alheamento dos cidadãos nunca poderá ser justificação para que o esforço seja menor. Pelo contrário, deverá constituir um factor de pressão sobre as equipas para que encontrem formas inovadoras de estimular a consciência cívica de cada um e de atingir o público-alvo pretendido.

A implementação do Plano de Acção

Das várias medidas preconizadas pelo Plano de Acção apenas as que envolvem resíduos se encontram em marcha, devido à falta de financiamentos. O município tem procurado fontes alternativas para que outras acções sejam concretizadas, mas subsiste o sério risco de isso não vir a acontecer ou de, quando existirem condições para o efeito, ser necessário repensá-las. As acções com incidências fortemente territoriais não são excepção, desconhecendo-se ainda como serão articuladas com o processo em curso de revisão do Plano Director.

A equipa técnica

A equipa técnica da ESB é composta pelo Eng. Pedro Santos, Eng. Conceição Almeida, Dra. Joana Oliveira, Mestre Marta Pinto, Eng. Nuno Quental e Prof. Doutora Margarida Silva.

3. Futuro Sustentável – Plano Estratégico de Ambiente do Grande Porto

O Futuro Sustentável – Plano Estratégico de Ambiente do Grande Porto pretende definir uma política regional integrada com vista à defesa do ambiente e da qualidade de vida dos cidadãos da região (inclui os concelhos de Espinho, Maia, Matosinhos, Gondomar, Póvoa de Varzim, Porto, Valongo, Vila Nova de Gaia e Vila do Conde). O projecto pretende ainda estimular um papel activo por parte dos cidadãos, incentivando-os a participar nos processos de decisão, e estabelecer formas de acesso fácil à informação. A liderança cabe à Lipor, instituição responsável pela gestão dos resíduos da área metropolitana.

O Futuro Sustentável tem-se desenvolvido em moldes similares à Agenda 21 Local de S. João da Madeira. Foram realizadas reuniões participativas com a população em cada um dos municípios, obtiveram-se mais de 1000 respostas a um questionário e consultaram-se praticamente todas as entidades relevantes da região, públicas e privadas.

Esta informação, aliada ao cálculo de alguns indicadores fundamentais, permitiu ao Grupo Coordenador decidir sobre seis áreas prioritárias, das quais sairão cinco mais específicas. As áreas seleccionadas são: água; educação e formação ambiental; ordenamento do território, espaços verdes e áreas naturais; resíduos; e transportes e mobilidade. Nas Figuras seguintes apresenta-se um diagrama dos trabalhos realizados e previstos.

Esquema dos trabalhos (1ª fase)

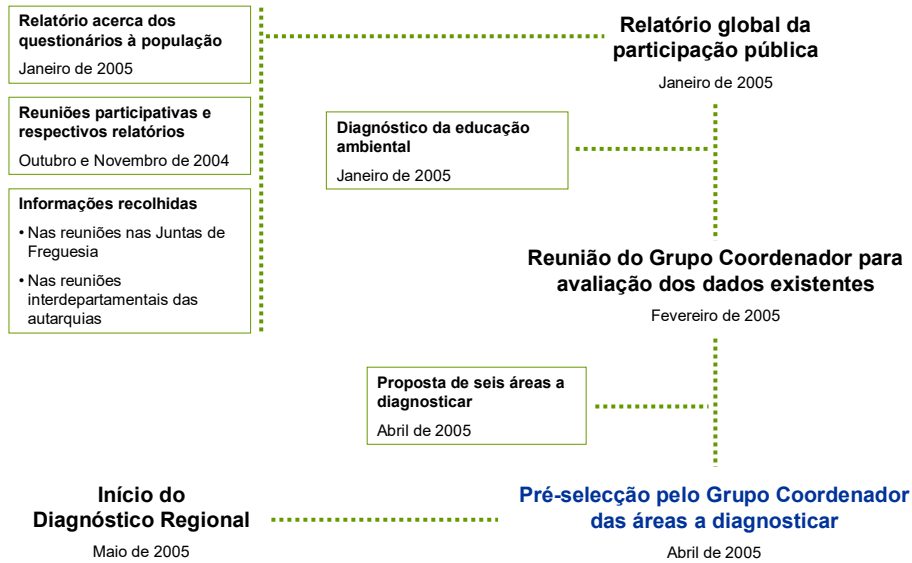


Figura 4 – Esquema da primeira fase dos trabalhos.

Esquema dos trabalhos (2ª fase)

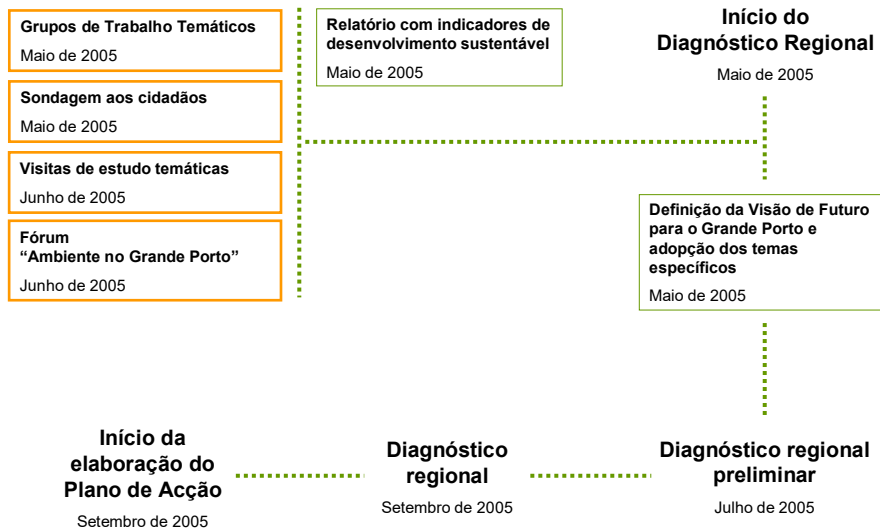


Figura 5 – Esquema da segunda fase dos trabalhos.

A elaboração dos diagnósticos e Planos de Acção será acompanhada por Grupos de Trabalho Temáticos (um por cada tema), os quais integram os municípios, a Lipor, ESB e ainda diversas entidades e personalidades relevantes para a matéria em causa.

Para mais informações sobre o projecto visitar <http://www.futurosustentavel.org>. Estão disponíveis vários documentos elaborados pelo projecto, entre os quais o Guia da Agenda 21 Escolar (http://www.futurosustentavel.org/fotos/plano/Caderno_A21.pdf).

4. Conclusão

É hoje evidente que ao nível internacional as questões associadas às cidades sustentáveis, à preservação do ambiente e cada vez mais as questões sociais, têm vindo a merecer um peso crescente.

A passagem da escala global à escala urbana corresponde a uma maior facilidade na aplicação e sistematização do conceito, adoptando uma escala humana e integrando os agentes locais activos na estruturação dos territórios.

A este nível, a Agenda 21 Local assume uma importância fulcral dada a sua aplicação num contexto fisicamente identificável, podendo afirmar-se que possui à partida boas condições para se desenvolverem políticas urbanas minimizadoras dos impactos ambientais e promotoras de uma elevada qualidade de vida.

É na tradução da máxima “pensar global, agir local” que as autoridades locais subscritoras da Carta de Aalborg relativamente à emergência das relações económicas e dos seu impacto na estruturação do território, na diversificação das funções urbanas, bem como nos processos de valorização selectiva dos espaços dentro da própria cidade, que ainda se nota uma grande atraso na implementação das medidas preconizadas.

No quadro europeu, a política de desenvolvimento urbano tem sido objecto de particular atenção, consubstanciando-se fundamentalmente através da nova Estratégia de Lisboa e do Sexto programa de acção em matéria de ambiente “Ambiente 2010: o nosso futuro, a nossa escolha”. Neste sentido, a União Europeia, tem desempenhado um papel fundamental na elaboração de estratégias de regeneração urbana, nomeadamente nos factores que se relacionam com os aspectos sociais, com a qualidade de vida nas

ciudades, no intuito de mitigar as desigualdades económicas e sociais, no caminho para o equilíbrio do sistema urbano europeu.

Bibliografia

Commission on Sustainable Development (2002). Second Local Agenda 21 Survey. Background paper no. 15 Department of Economic and Social Affairs.

Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, (1994). Carta das cidades europeias para a sustentabilidade, Aalborg, Dinamarca

IPAMB, (1993). Agenda 21 e Outros Documentos Aprovados na Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento

Malafaya-Baptista, Filipa, (2004). A escala urbana do Desenvolvimento Sustentável: validação da sustentabilidade num contexto, 8º Conferência Nacional de Ambiente

Nunes da Silva, Fernando, (2000). Desenvolvimento Sustentável dos espaços urbanos: que estratégias e que políticas, Congresso Portugal-Brasil, Rio de Janeiro

Quental, Nuno e Margarida Silva (2003). Portuguese environmental policy at the municipal level and progress towards Local Agenda 21. *In* Environment 2010: situation and perspectives for the European Union, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 6 a 10 de Maio de 2003, Porto.

Quental, Nuno, Rita Albergaria, Ramon Requena, Pedro Santos e Margarida Silva (2004). Definição de uma estrutura ecológica para o município de São João da Madeira. *In* 8ª Conferência Nacional do Ambiente, 27 a 29 de Outubro de 2004, Lisboa.

Santos, Pedro; Conceição Almeida; Joana Oliveira; Marta Pinto; Nuno Quental; e Margarida Silva (2004): Um Plano de Acção Participado para o Desenvolvimento Sustentável de S. João da Madeira. *In* 8ª Conferência Nacional do Ambiente, 27 a 29 de Outubro de 2004, Lisboa.

Nota: alguns dos documentos estão disponíveis na internet. Sugere-se uma pesquisa no *Google*.